

**UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE GEOGRAFIA**

SANDRA DE CASSIA SILVA

**Perspectivas sobre discentes migrantes haitianos no ensino fundamental da EMEF
Duque de Caxias**

**Perspectives about Haitian migrants students at EMEF Duque de Caxias Elementary
School**

**São Paulo
2020**

SANDRA DE CASSIA SILVA

**Perspectivas sobre discentes migrantes haitianos no ensino fundamental da EMEF
Duque de Caxias**

Trabalho de Graduação Integrado (TGI) apresentado
ao Departamento de Geografia da Faculdade de
Filosofia, Letras e Ciências Humanas, da
Universidade de São Paulo, como parte dos requisitos
para obtenção do título de Bacharel em Geografia.

Área de Concentração: Geografia Humana

Orientadora: Profª Drª Simone Scifoni

São Paulo

2020

Autorizo a reprodução e divulgação total ou parcial deste trabalho, por qualquer meio convencional ou eletrônico, para fins de estudo e pesquisa, desde que citada a fonte.

Catalogação na Publicação

Serviço de Biblioteca e Documentação

Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo

S586p Silva, Sandra de Cassia
 Perspectivas sobre discentes migrantes haitianos
 no ensino fundamental da EMEF Duque de Caxias /
 Sandra de Cassia Silva; orientador Simone Scifoni -
 São Paulo, 2020.
 33 f.

TGI (Trabalho de Graduação Individual) - Faculdade
de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da
Universidade de São Paulo. Departamento de Geografia.

1. Migração. 2. Haiti. 3. Educação. I. Scifoni,
Simone, orient. II. Título.

Dedico este trabalho a minha mãe, com amor,
admiração e gratidão por seu apoio, carinho e
presença ao longo de toda minha vida,

AGRADECIMENTOS

À Prof^a Dr^a Simone Scifoni, por aceitar conduzir meu trabalho de conclusão e por suas correções e incentivos

Aos amigos Bruna, Kimi, e Vinícius pela atenção, apoio e incentivo ao longo de todo o processo.

À Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, pela oportunidade de realização do curso.

A todos que participaram, direta ou indiretamente do desenvolvimento deste trabalho de pesquisa, enriquecendo meu processo de aprendizado.

RESUMO

SANDRA DE CASSIA SILVA, Perspectivas sobre discentes migrantes haitianos no ensino fundamental da EMEF Duque de Caxias. 2020. 31 f. Trabalho de Graduação Individual (TGI) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2020.

Esse trabalho tem como objetivo central lançar olhar sobre os alunos migrantes do Haiti e seu processo de adaptação, desempenho escolar e relação com as famílias no âmbito escolar. Trata-se da escola Duque de Caxias, que fica na região central da cidade de São Paulo, e se destaca por receber um número significativo de alunos/as migrantes.

Primeiro iremos apresentar as condições de imigração dadas a essa população, depois apresentaremos os dados sobre os/as alunos/as migrantes na rede municipal, especialmente os haitianos. Além disso, discutiremos os dados coletados por meio de entrevista com uma professora do ciclo de alfabetização da escola estudada.

Palavras-chave: Educação. Haiti. Migração

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	8
2 A EMEF DUQUE DE CAXIAS E SEU ENTORNO	10
3 A MIGRAÇÃO HAITIANA NO BRASIL E EM SÃO PAULO	17
4 ESCOLA DE MIGRANTES	22
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS	29
REFERÊNCIAS	31

1 INTRODUÇÃO

Esse trabalho tem como objetivo central lançar olhar sobre os alunos imigrantes do Haiti e seu processo de adaptação, desempenho escolar e relação com as famílias no âmbito escolar. Para tanto apresentaremos os dados sobre os/as alunos/as migrantes na rede municipal, especialmente os haitianos, assim como discutiremos as condições nas quais essa população chega ao Brasil.

A cidade de São Paulo apresenta uma infinidade de fenômenos sociais simultâneos em suas diferentes regiões e bairros e com pequenas distâncias percorridas, novas particularidades são observadas. Manter-me atenta a elas me trouxe questionamentos acerca do modo de vida dos imigrantes em geral, mas especialmente dos haitianos que em grande quantidade vivem na região em que escolhi morar e acrescentam tantas peculiaridades ao entorno. A escola (instituição que possui controle de dados e amplo alcance) se tornaria a melhor forma de obter informações e me aproximar do entendimento de parte da vida dessa população.

Torna-se importante salientar que o aumento no número de imigrantes na rede municipal de ensino traz aos professores, e a escola como um todo, novas dinâmicas de relações e tem efeitos sobre o trabalho pedagógico dos docentes. A partir da percepção dos professores acreditamos ser possível compreender se a escola tem conseguido se organizar para receber esses alunos, incluindo-os e acolhendo-os nesse, que muitas vezes, é o primeiro equipamento público ao qual as crianças têm acesso.

A Escola Municipal de Ensino Fundamental Duque de Caxias, que fica na região central da cidade de São Paulo, se destaca por receber um número significativo de alunos/as migrantes e refugiados/as. De acordo com os dados da Secretaria Municipal de Educação, o número de alunos/as estrangeiros nesta escola cresce a cada ano. Ao analisarmos os dados do ensino Fundamental I verificamos que em 2012 havia 6 migrantes nessa etapa de ensino e em 2018, últimos dados disponíveis, a escola contava com 59 alunos/as migrantes. Desses, o percentual mais significativo era de haitianos.

A Resolução Normativa 97 do Conselho Nacional de Imigração (CNI), torna a imigração haitiana diferente de outros grupos migrantes no país por ser mais documentada. A posse de carteira de trabalho, entre outros aspectos, nos permite captar a presença destes migrantes no mercado formal de trabalho.

No relatório anual Imigração e Refúgio no Brasil de 2019 os haitianos juntamente com os venezuelanos são os grupos que mais tiveram carteiras de trabalho emitidas no ano de 2018, sendo os haitianos a principal nacionalidade no mercado de trabalho formal.

A fim de endossar a análise, iremos usar informações coletadas por meio de entrevista com uma professora do ciclo de alfabetização da escola em questão. Inicialmente faríamos observações e entrevistas na EMEF, porém após duas visitas, as redes de ensino foram fechadas em decorrência da pandemia do COVID 19 e a solução encontrada foi efetuar a entrevista por meio virtual tendo, dessa forma, reduzido o alcance da pesquisa.

2 A EMEF DUQUE DE CAXIAS E SEU ENTORNO

Na baixada do Glicério, região central da cidade de São Paulo, no curioso endereço Praça Dr. Mário Margarido, está a EMEF Duque de Caxias. Curioso, pois não há ali uma praça, na verdade a escola ocupa todo o quarteirão entre a rua dos Estudantes e a rua do Glicério há mais de 60 anos.

O “Duque”, como é chamado pelos professores e comunidade, ocupa um prédio de quatro andares, cercado por grades e muros grafitados. As grades e portões são muito marcantes em sua estrutura por estarem em toda parte, eles guardam as quadras, o pátio, o refeitório e cada um dos andares. A escola possui sala de leitura, sala de recursos multifuncionais, sala de informática, sala de vídeo, brinquedoteca e mais de 90 funcionários e professores, que atendem alunos do Ensino Fundamental I e II (1º ao 9º ano) e EJA (no período noturno).



Fonte: Curta Metragem | Super Alunos (2019), disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=kdZb264N52s>



Fonte: Curta Metragem | Super Alunos (2019), disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=kdZb264N52s>

Mapa Localização EMEF Duque de Caxias



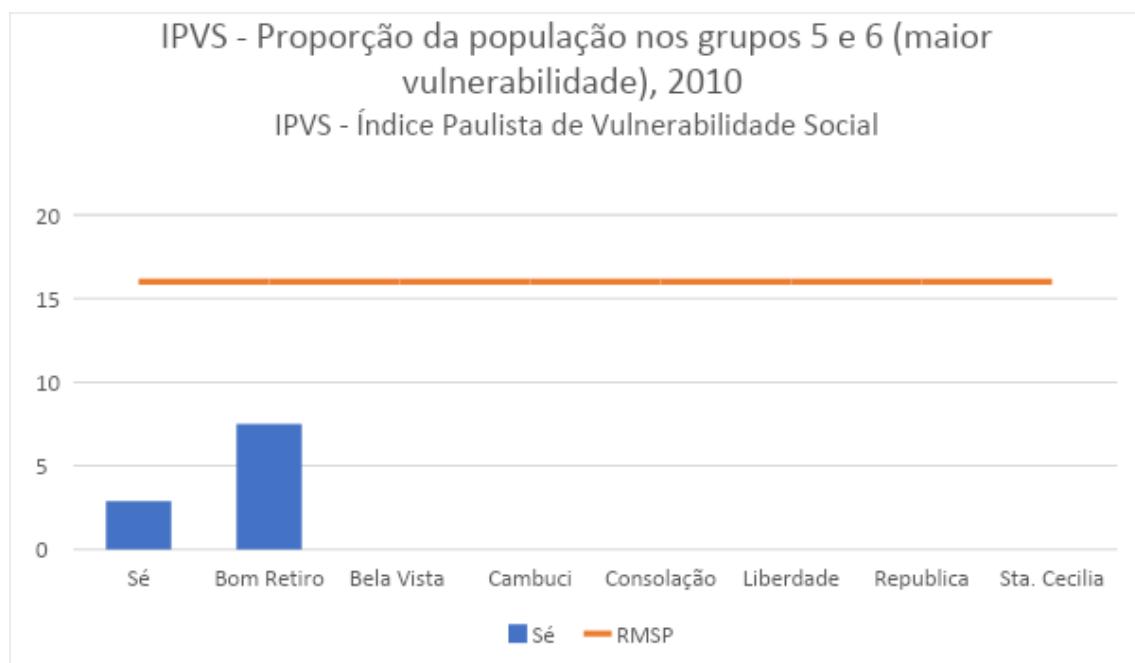
Fonte: Autora sobre base Geosampa (2020)

O entorno da escola possui muitos comércios de pequeno porte e diversos prédios residenciais com grande adensamento populacional e, apesar da redução ao longo dos anos, ainda possui quantidade significativa de cortiços e moradias precárias, de acordo com o último

Censo (2010). O distrito da Sé, onde se localiza a EMEF Duque de Caxias, apresenta maior percentual de inadequação domiciliar em comparação à média do Município.

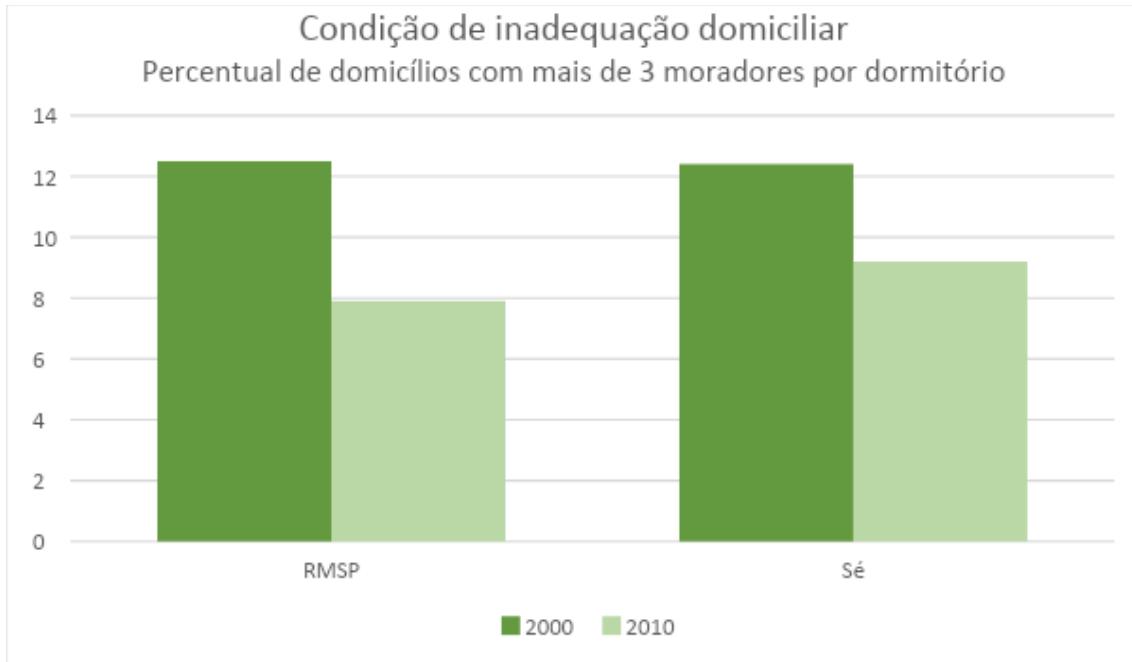
A escola mantém um blog ativo em que projetos como a Imprensa Jovem - “O Grito do Glicério” tem seu espaço, bem como atividades pedagógicas, confraternizações e no atual momento de pandemia, orientações sobre acesso ao Google Sala de Aula e demais atividades remotas.

A região também apresenta indicadores de vulnerabilidade que junto ao distrito do Bom Retiro se diferenciam dos demais distritos da Subprefeitura da Sé, por serem áreas que abrigam significativa população de baixa renda.



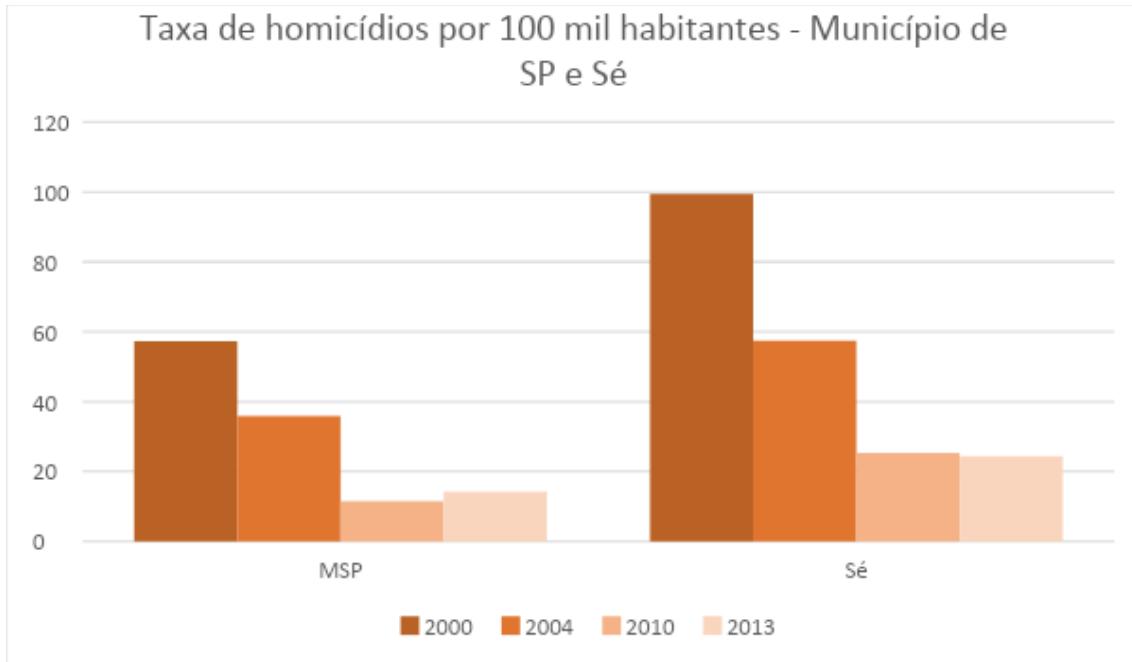
Fonte: Cadernos das Subprefeituras (2016) - Fundação Seade

Além disso, é preciso destacar que essa região possui um alto percentual de população em situação de rua, com aumento nos últimos anos, segundo o Censo da População em Situação de Rua, em 2019, 24.344 pessoas estavam em situação de rua na cidade de São Paulo e 45% dessas pessoas estavam localizadas na subprefeitura da Sé. (SECRETARIA ESPECIAL DE COMUNICAÇÃO, 2020).



Fonte: Cadernos das Subprefeituras - Censo 2000/2010

Na Baixada do Glicério diversas atividades ilícitas, relacionadas principalmente ao tráfico de drogas e receptação de mercadorias roubadas acontecem ao longo do dia e apesar da frequente circulação de viaturas a rotina desse tipo de comércio não sofre grandes oscilações o que alimenta e confirma a fama de perigoso e violento que o bairro possui. De acordo com o Serviço de Informações sobre Mortalidade (SIM) a taxa de homicídios no distrito da Sé supera a do município como um todo apesar do declínio desse índice ao longo dos anos. O bairro assume características e índices similares ao de alguns bairros periféricos estando no centro de uma das maiores metrópoles do mundo.



Fonte: Cadernos das Subprefeituras (2016) - SIM/Pro Aim

Nos últimos anos, novos empreendimentos imobiliários de moradias populares têm se instalado na região, visíveis principalmente na rua Conde de Sarzedas e se estendendo até o bairro da Liberdade. Essa área no entorno da escola enquadra-se nas ZEIS3 e ZEIS5 do Plano Diretor Estratégico do Município de São Paulo.

As Zonas Especiais de Interesse Social são porções do território destinadas, predominantemente, à moradia digna para a população da baixa renda por intermédio de melhorias urbanísticas, recuperação ambiental e regularização fundiária de assentamentos precários e irregulares, bem como à provisão de novas Habitações de Interesse Social – HIS e Habitações de Mercado Popular – HMP a serem dotadas de equipamentos sociais, infraestruturas, áreas verdes e comércios e serviços locais, situadas na zona urbana. (GESTÃO URBANA SP, [201-?])

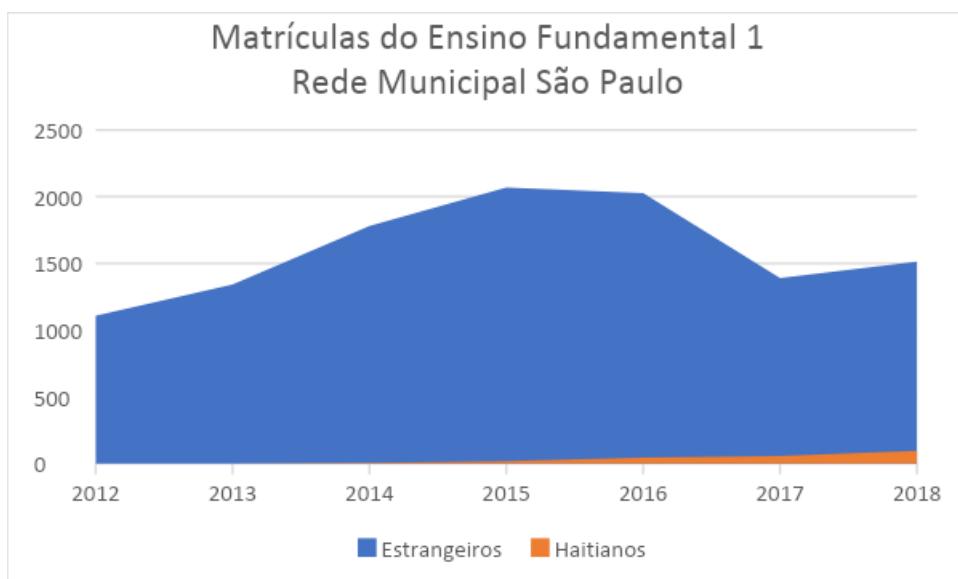
Não é recente a presença de muitos imigrantes no bairro, a chegada e permanência dessas pessoas se deve, em grande medida, a atuação da Missão Paz, instituição vizinha à escola, que em seu site se descreve como:

Uma instituição filantrópica de apoio e acolhimento a imigrantes e refugiados na cidade de São Paulo. Pertencente aos missionários Scalabrinianos, ela atua em favor do público migrante desde os anos trinta do século XX. Ao longo de sua história, ela recebeu italianos, vietnamitas, coreanos, chilenos, bolivianos, paraguaios, peruanos, congoleses, angolanos, nigerianos, colombianos, haitianos, venezuelanos, entre tantos outros povos do mundo. Atualmente, a instituição atende indivíduos de mais de 70 nacionalidades. (MISSÃO PAZ, [entre 2017 e 2020])

A presença dessa instituição trouxe a região do Glicério, onde se localiza a EMEF Duque de Caxias, um importante aspecto multicultural, com muitos desses imigrantes se estabelecendo no bairro, com a implantação de comércios de itens regionais e comidas típicas, além de uma rede de apoio aos recém-chegados. As mais diversas línguas podem ser ouvidas em uma caminhada de pouco mais de uma quadra.

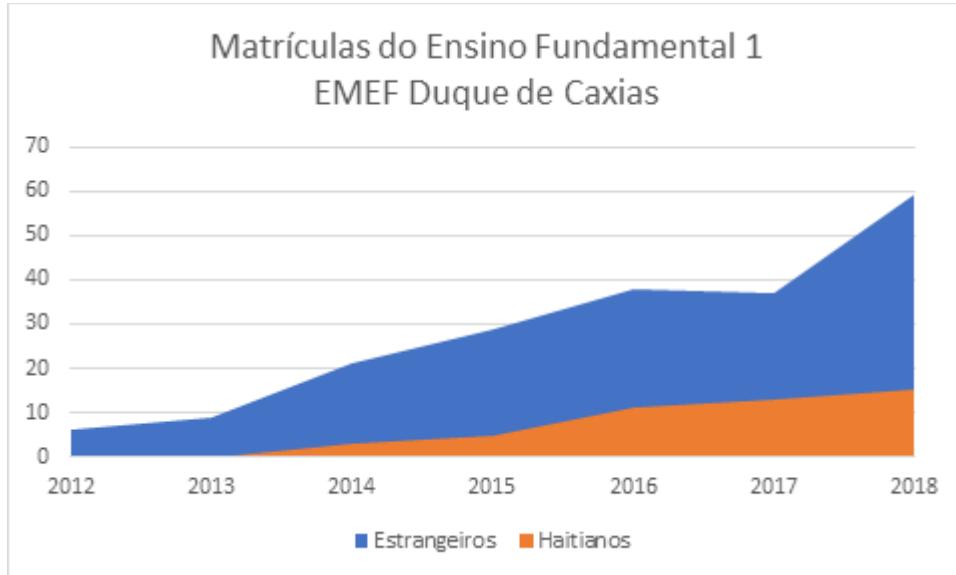
Nas estatísticas disponíveis na página da instituição na *internet* relacionam-se mais de 6900 atendimentos a imigrantes por ano entre 2015 e 2016. São diversas categorias de serviços prestados: saúde, trabalho, educação, jurídico, serviço social entre outros.

No universo da Rede Municipal de Ensino de São Paulo no período compreendido entre 2012 e 2018 é possível identificar o aumento no número de matrículas no Ensino Fundamental I de migrantes em geral até 2015, tendo início a redução nesse número a partir de então. Diferente do cenário geral, migrantes haitianos com matrículas nessa etapa de ensino são verificados a partir de 2014 com crescimento contínuo desde então, o que se justificaria pelo início da imigração para reunião familiar haja visto que o fluxo Haiti - Brasil teve início no ano de 2010.



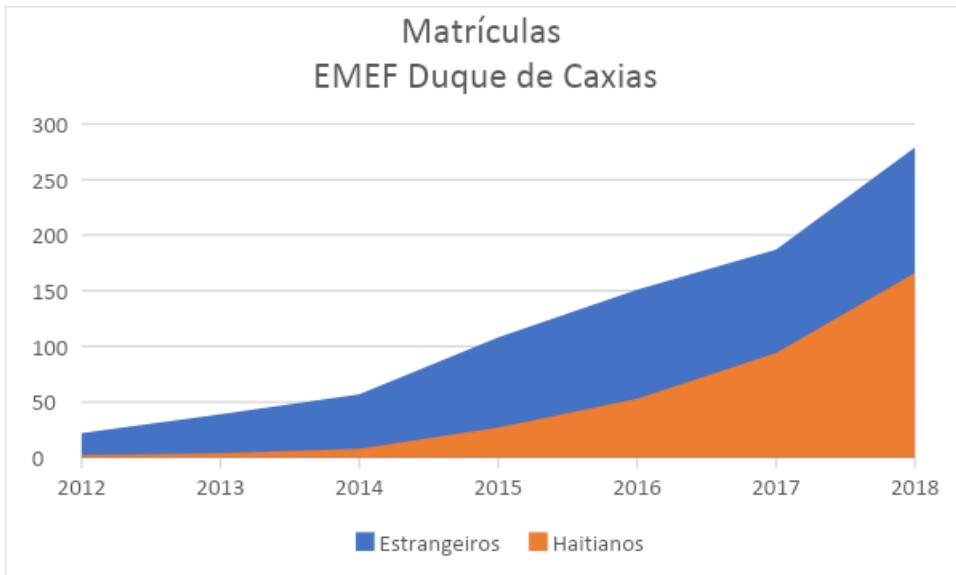
Fonte: Série Microdados da Rede Municipal de Ensino - Matrículas (SÃO PAULO, 2012 - 2018). Elaboração da autora

Na EMEF Duque de Caxias em decorrência dos aspectos mencionados referente ao entorno da Unidade Escolar (UE) verificamos números ascendentes em relação às matrículas de migrantes em geral, além da maior proporção de haitianos em relação a toda a Rede Municipal de Ensino de São Paulo.



Fonte: Série Microdados da Rede Municipal de Ensino - Matrículas (SÃO PAULO, 2012 - 2018). Elaboração da autora

Ao analisarmos todos os níveis de ensino disponíveis na EMEF Duque de Caxias fica ainda mais consistente a presença da comunidade haitiana, com aumento contínuo ao longo do período aferido e a partir de 2017 tornando-se a nacionalidade mais expressiva desta UE.



Fonte: Série Microdados da Rede Municipal de Ensino - Matrículas (SÃO PAULO, 2012 - 2018). Elaboração da autora

3 A MIGRAÇÃO HAITIANA NO BRASIL E EM SÃO PAULO

O fluxo migratório constituído do Haiti para o Brasil figura entre os novos fluxos Sul-Sul, porém repleto de particularidades em sua composição. Cabe esclarecer que nesse momento o conceito Sul não se refere ao sul geográfico delimitado pela linha do Equador mas como explicado por Caixeta (2014) remete à nova divisão internacional surgida no pós-Guerra Fria, em que o mundo não mais seria dividido entre Leste (países comunistas) e Oeste (países capitalistas), mas entre Norte (países desenvolvidos, industrializados no século XIX) e Sul (países em desenvolvimento, ex-colônias e de industrialização tardia).

Diversos são os aspectos apontados como causais dessa migração e em uma mobilidade tão recente fica pouco efetivo apontar valor ou mesmo estabelecer uma hierarquia para tais motivações. Baeninger e Peres (2017) apontam alguns aspectos importantes que caracterizam a chegada dos haitianos ao Brasil baseando-se no conceito de migração de crise de Simon e Clochard que estabelece assim a migração em decorrência de problemas econômicos, políticos, civis, humanitários, entre outros. A resposta do Governo brasileiro com a implementação do visto humanitário reforça o alinhamento desse fluxo como migração de crise.

As autoras trazem outros pontos como determinantes dessa mobilidade:

- A partir do terremoto que marcou 7,3 graus de magnitude na escala Richter e deixou mais de 300 mil pessoas mortas em poucos minutos. Era o início do ano de 2010 e o país de 27.750 quilômetros quadrados que divide a Ilha de São Domingos com a República Dominicana e que possui em sua história ditaduras e golpes militares, inclusive com intervenção das forças militares da ONU a partir de 2004, teve que lidar com um dos seus piores cenários econômico e social.

- A histórica presença militar e econômica estrangeira que direcionam os fluxos migratórios haitianos, visto que, a exemplo do século XX onde diante do controle norte americano, principalmente a partir dos anos 60, esse se tornou o principal destino dos migrantes.

- As restrições à entrada de imigrantes impostas por EUA e França, países de maior interesse dessa população;

- Presença brasileira no comando da Missão Internacional das Nações Unidas para a Estabilização no Haiti (Minustah) a partir de 2004.

Dessa forma homens, mulheres e até crianças, passaram a enfrentar um perigoso e exaustivo trajeto para chegar ao Brasil.

São pessoas que, em meio à pobreza e os escombros de um país pobre e destruído pelo terremoto de 12 de janeiro de 2010, conseguiram reunir junto a seus familiares e amigos uma quantidade de recursos suficiente para pagar o custoso e explorado deslocamento do Haiti até a fronteira brasileira, passando por vários países. É um trajeto migratório motivado pela busca de trabalho, na esperança de encontrar condições de reconstruir a vida e de ajudar os familiares que deixaram no Haiti. (MILESE, 2012)

Diante da remota possibilidade de obter ainda em Porto Príncipe um dos 100 vistos humanitários mensais uma nova possibilidade se desdobra, a chegada até a fronteira para só então obter o visto. Chegando por via aérea ao Peru ou Equador, países que não exigem visto aos haitianos, e seguindo por via terrestre ou fluvial até a fronteira, principalmente nas cidades de Assis Brasil e Brasiléia no Estado do Acre.

Pimentel e Cotinguiba apontam dois grandes motivos pelos quais o país determinou a concessão de visto humanitário por meio da resolução 97 do Conselho Nacional de Imigração (CNIg) e não o visto de refugiado:

O primeiro motivo é de cunho internacional. Caso houvesse a concessão da condição de refúgio aos haitianos, o Brasil declararia a incompetência da MINUSTAH [Missão das Nações Unidas para a Estabilização do Haiti] e, ao mesmo tempo, ao seu papel de líder. O objetivo principal da missão é “reestabelecer a paz no Haiti”. O segundo motivo é de ordem nacional. Uma vez concedido o refúgio a um estrangeiro, o Estado brasileiro se torna responsável pela sua pessoa, assegurando-lhe segurança, alimentação, abrigo e condições dignas de vida. Diante da iminência de uma imigração de milhares de haitianos, o Brasil não teria a possibilidade de arcar com as demandas dessas pessoas de acordo com a convenção da ONU para refúgio. (PIMENTEL; COTINGUIBA, 2014, p. 83).

Segundo o Resumo Executivo: Migração e Refúgio no Brasil entre 2011 e 2018 (CAVALCANTI et al., 2019, p. 3) os haitianos representaram 21,5% (106,1 mil) do total de migrantes de longo termo (que permanecem no país por mais de um ano).

De todo modo, passado o percurso de chegada, esses migrantes conseguem na fronteira seu visto humanitário e a expedição da Carteira de Trabalho, tendo início o deslocamento dentro do país em direção às sonhadas oportunidades de trabalho. Algumas cidades acabam se tornando mais atrativas pela formação de comunidades haitianas ou mesmo pela presença de associações ou organizações não governamentais (ONGs) que desenvolvem trabalhos de amparo e direcionamento desses trabalhadores.

É importante destacar que o aumento no número de migrantes que chegaram ao país tornou urgente a criação de uma nova lei de migração que, como defende Milese (2007), não considerasse o imigrante um estrangeiro, mas que abordasse a mobilidade humana dentro do viés dos direitos humanos. E apesar de protestos de caráter xenofóbicos e preconceituosos que

pediam que o então presidente Michel Temer vetasse a lei de migração, ela foi aprovada considerando o migrante um sujeito de direitos e não somente um estrangeiro, embora tenha tido ao menos 20 vetos até a sua aprovação.

A nova lei migratória procurou retirar o ranço autoritário das legislações anteriores, mas convive com as contradições e paradoxos de um país que tem um discurso de acolhimento aos imigrantes, mas ao mesmo tempo, continua tratando certos grupos de migrantes na categoria de indesejados e cria mecanismos que podem favorecer a migração qualificada produzindo seletividade migratória. Traduzir a nova lei para novas práticas de acolhimento e diálogo intercultural com os migrantes contemporâneos permanece um desafio a ser enfrentado, pois tem gente que chega e quer ficar... e aqui construir uma nova vida. (ASSIS, 2018)

3.1. São Paulo

Geralmente os migrantes haitianos são recebidos precariamente nas fronteiras e somente após conseguirem regularização documental é que acabam conseguindo se deslocar internamente a fim de se inserir no mercado formal de trabalho.

Em São Paulo, os imigrantes haitianos são admitidos sobretudo nos setores da construção civil (serventes de obra) e de alimentação e restaurantes. As mulheres haitianas ocupam predominantemente postos de cozinheiras em restaurantes e faxineiras em estabelecimentos terciários. São elas as maiores responsáveis por dois fenômenos sociais característicos da migração haitiana em São Paulo: a formação de um território étnico a partir de sua concentração em um espaço público físico apropriado e vivido e as manifestações, nestes espaços, de práticas transnacionais. (MAGALHÃES; BÓGUS; BAENINGER, 2018, p. 84)

Na Baixada do Glicério é possível visualizar com clareza a combinação de culturas e costumes. Como mencionado anteriormente, a sede da Missão Paz, principal espaço de acolhimento de imigrantes na cidade e no país, gerou na região a concentração, principalmente de haitianos e haitianas. A área entre Rua do Glicério, Rua Oscar Cintra Gordinho e Rua Conde de Sarzedas tem sido redesenhada a partir de 2010 por essa população com acentuada atividade comercial de negócios típicos da comunidade haitiana, como restaurantes, lojas de envio de remessas e salões de beleza.

Na rua Glicério, por exemplo, há um bar haitiano que serve comida e bebida típicas do país, com ensaios abertos, aos sábados, da banda Satellite Musique, formada por músicos haitianos. Ao lado de uma ocupação urbana, o bar reúne imigrantes haitianos e opera como um espaço de sociabilidade e de construção de uma territorialidade migrante no Glicério. A formação desse espaço público identitário haitiano é, também, decorrência do enorme adensamento domiciliar: a existência nessa região de cortiços e de casas coabitadas faz das calçadas o espaço de convivência, dado que as casas são, muitas vezes,

utilizadas exclusivamente para o descanso e repouso. [...] Ao redor da Missão Paz, as “Madanm Sara” ressignificam o território social da Baixada do Glicério e alteram a paisagem urbana da região: bananas da terra são fritas e cozidas em panelas enormes, espigas de milho são assadas em latões improvisados, doces de farinha e de coco preparados e vendidos nas calçadas, assim como “cremas”, bebida típica haitiana, e outras frutas. Nada disso havia antes da presença haitiana na região. As “Madanm Sara”, juntamente com todo o conjunto de negócios étnicos haitianos da região, mostram a vitalidade e importância da ação das mulheres para a reprodução social da comunidade haitiana – manutenção de seus códigos étnico-nacionais e negociação de sua presença no território. (MAGALHÃES; BÓGUS; BAENINGER, 2018, p. 84 - 86)

Comercios na Rua do Glicerio



Fonte: Google Street View. Acesso em 17 de fevereiro de 2021.

Comércio na Rua do Glicério



Fonte: Google Street View. Acesso em 17 de fevereiro de 2021.

4 ESCOLA DE MIGRANTES

Como mencionado anteriormente, com a impossibilidade de acompanhar as atividades da EMEF Duque de Caxias conseguimos obter o relato de uma professora de Ensino Fundamental I (como são costumeiramente chamados os anos iniciais do Ensino Fundamental), que faz parte do corpo docente da instituição desde 2019 e nos dará luz acerca dos desafios pertinentes a educação de jovens migrantes bem como o paralelo diante do que se discute em relação a migração.

A professora já possuía informações prévias sobre a escola, tais como o trabalho com um número significativo de alunos imigrantes e o fato de ser uma escola bastante “difícil” em função da alta vulnerabilidade do território.

A recepção, tanto para a professora quanto para os demais públicos que adentram a Unidade Escolar (UE) pela escadaria que dá acesso a secretaria da escola, se dá com uma placa feita em papel A4 em formato paisagem na qual se lê “sejam bem-vindos” em três idiomas: português, francês e espanhol. É uma primeira evidência de que essa UE tem a intenção de receber a todos bem e de que possui clareza quanto ao público que atende. Nos foi relatado que essa placa fez parte de um projeto realizado há alguns anos por uma docente readaptada (docente que não recebe atribuição de sala em decorrência de laudo médico) que criou uma exposição de fotos com alunos migrantes.

Diante desse cenário e tendo atribuído uma turma de primeiro ano do Ensino Fundamental, ciclo de alfabetização, a professora afirma ter buscado com a coordenação pedagógica alguma discussão ou plano de ação para atender as demandas específicas dessas crianças. Lembra-se de ter ouvido uma frase dos colegas que a dissuadiu bastante, foi informada que esses alunos imigrantes têm alta rotatividade de matrícula, que não ficam na escola tempo suficiente para que um trabalho pedagógico aconteça com maior consistência. Dessa forma, a docente identificou uma barreira ao desenvolvimento de um trabalho que abrangesse as especificidades dos discentes migrantes e dedicou seu olhar para a sala de primeiro ano com as premissas gerais que orientam seu trabalho no ciclo de alfabetização: oralizar por meio de leitura de histórias e rodas de conversa, seguido de atividades de escrita e desenho, além de garantir espaço para interações e brincadeiras para todos.

É possível inferir que, na medida em que a questão da migração seja assim diluída no discurso escolar, como algo difícil de captar devido a baixa permanência dos sujeitos no âmbito escolar, abre-se caminho para não lidar diretamente ou então não objetivamente, com a complexa questão da migração.

Contrariamente à Lei de Migração que estabelece um olhar sob a perspectiva dos direitos humanos aos migrantes, o que se identifica nas pesquisas que tratam dos migrantes na escola é a estranheza ao diferente, conforme relatam Alexandre e Abramowicz em seu levantamento bibliográfico:

[...] [N]a pesquisa de Freitas e Silva (2015) que se refere a um estudo sobre a adaptação de crianças bolivianas em uma escola de São Paulo. [...] Os pesquisadores constataram que a adaptação das crianças nas escolas brasileiras apresenta aspectos tensos e contraditórios e são permeadas por situações em que a condição de estrangeiro se constitui nos detalhes, na maneira como tratam a criança, que não é brasileira. Os autores concluem que ser estrangeiro no ambiente pesquisado perpassa pela construção de estigmas associando a diferença como desvantagem para a criança que chega. Os mesmos fazem analogia às categorias analisadas por Elias e Scotson (2000) em os “Estabelecidos e Outsiders”, com base nas informações registradas confirmam os sujeitos pesquisados na condição de “outsiders” em relação aos demais sujeitos que compõem a comunidade escolar. (ALEXANDRE; ABRAMOWICZ, 2017, p. 188)

A respeito da pesquisa da professora Dr^a Marília Lima Pimentel Cotinguba da Universidade Federal de Rondônia-UNIR , “A inserção da criança haitiana no ambiente escolar brasileiro: um estudo de caso na cidade de Porto Velho”, Alexandre e Abramowic mencionam a conclusão de que:

[...]a barreira da língua, bem como, a falta de uma política migratória são fatores que impedem a plena inserção das crianças haitianas no sistema formal de ensino na cidade do Porto Velho. A pesquisadora evidencia a ausência de políticas públicas destinadas à inserção social de crianças migrantes no ambiente escolar. (ALEXANDRE; ABRAMOWICZ, 2017, p. 188)

Tomando como base tais pesquisas citadas, podemos perceber pelo relato da professora entrevistada que essas barreiras são difíceis de serem superadas justamente pela ausência de políticas públicas apontadas pela pesquisa em Porto Velho. Mesmo que existam políticas de acesso (matrícula imediata) e auxílios (merenda, material escolar, uniforme e transporte - quando verificada a necessidade) a falta de projetos permanentes que contribuam para a adaptação/inserção da criança migrante, tanto no aspecto linguístico quanto culturais, faz com que essas questões tomem corpo e dificultem o trabalho pedagógico em sala de aula.

As relações entre crianças migrantes, pares e professores no espaço escolar estão amplamente influenciadas pela condição de estrangeiro dessas crianças, para Siller apud Alexandre e Abramowic:

[...] as práticas familiares e grupais trazem as marcas sociais pluriculturais e multilíngues, essas práticas deveriam contribuir com a Pedagogia para uma formação de crianças que valorizam diferentes culturas, em um mesmo contexto, como um aspecto positivo de valor humano. (...)aponta também, que

a escola pode ser um lugar de esvaziamento de práticas culturais grupais e mantém uma cultura hegemônica dominante. (ALEXANDRE; ABRAMOWICZ, 2017, p. 188)

Sem suporte pedagógico que contribua em suas práticas, os docentes adotam, como podem, métodos que os auxiliem especificamente na adaptação das crianças migrantes às rotinas dos alunos nativos. Em muitos casos, sem levar em conta a diversidade cultural disponível em uma sala de aula.

A língua é um processo cultural, um aspecto constitutivo de um povo em qualquer sociedade. Não se adquire na escola, tampouco depende dos projetos de alfabetização ou letramento para ser adquirida. Ao contrário, é fruto da interação do ser humano com o outro e da sua necessidade de se comunicar e ‘contracenar’ com o ‘outro’ no espaço social. (PIMENTEL; COTINGUIBA; RIBEIRO, 2016, p. 32)

O crioulo é a língua falada pela quase totalidade dos haitianos e como afirma Pimentel, Cotinguiba e Ribeiro (2016 p.32) “o crioulo é a língua da revolução que instituiu, de um só golpe, três feitos históricos, a primeira república negra da humanidade, a primeira libertação dos escravos negros do mundo colonial e a primeira nação formada por ex-escravos”, tem um papel importante para a identidade étnica nacional, visto que o francês segue sendo a língua do colonizador, a qual só se tem acesso por meio da escolarização. A aquisição dessa segunda língua vai gerar marcadores socioeconômicos, uma vez que somente uma elite social tem acesso à escolarização.

A professora relata que em seu primeiro ano na escola tinha em sala uma aluna migrante: Ana^{1*}, uma haitiana que falava espanhol, pois já havia vivido na República Dominicana antes de vir para o Brasil.

Ana estava bastante oralizada em língua espanhola e não renunciou ao idioma durante todo o ano letivo. A professora menciona muitas dificuldades para alfabetizá-la, processo esse que não se consolidou, embora a aluna tenha desempenhado um papel muito interessante na socialização e interação com os colegas. Os momentos de roda e música eram seus preferidos, cantava espontaneamente em português canções como “Bicharia” e “História de uma gata” da peça “Os Saltimbancos” e cantigas de boi-bumbá. Sua mãe tentava sempre ajudar e acompanhar a filha na escola, porém, por não falar o idioma português, tinham muitas dificuldades em estabelecer ações conjuntas para melhorar o comportamento de Ana e em relação à sua alfabetização.

¹ Os nomes foram trocados para preservar a identidade dos discentes.

Já no início do segundo semestre, ingressaram na mesma turma mais dois alunos haitianos.

Margarida*, era muito menor que os outros e não falava nada em português. Muito vivaz, ativa e enérgica, conseguiu, segundo a docente, se adaptar rapidamente à rotina da sala, pois os espaços de brincadeiras e desenhos a ajudaram nesse sentido. Em menos de três meses estava falando com bastante fluência o idioma, porém sua escrita (grafia de letras e números) não avançou muito até o fim do ano letivo. Avançou em oralidade e capacidade de comunicação. A professora conta que o pai era bastante presente e ajudava em questões de comportamento e no pedido que fazia diário, para não faltar às aulas e tentar, ao máximo, falar em português com ela.

Igor*, ingressou junto com Margarida na sala e conforme relata a Professora, não teve a mesma desenvoltura da colega. Muito tímido e lacônico, teve muitos problemas de relacionamento com os colegas devido a agressividade do ambiente e a dificuldade de se comunicar, uma vez que ainda não falava português. Porém, quando começou a desenvolver a língua teve um avanço exponencial em sua alfabetização e terminou o ano no estágio silábico alfabetético. A mãe acatava todas as recomendações da professora de tentar falar em português com ele e o ajudou bastante em casa. Na medida que o idioma português deixou de ser uma barreira para ele, seu comportamento também melhorou.

Igor e Margarida participavam assiduamente da Brinquedoteca, atividade extracurricular, desenvolvida pela mesma professora, que de modo geral, acredita que nos ciclos de alfabetização as crianças têm maiores oportunidades de espaços de brincadeiras e atividades concretas, como o desenho e a modelagem, colocando os alunos dos anos iniciais, com certa vantagem em relação aos alunos migrantes mais velhos e de outros ciclos da escolarização, visto que o cumprimento do currículo nessa fase se baseia sobretudo na oralidade.

No ano de 2020 a docente nos conta ter atribuído uma sala de terceiro ano, que é a última série do ciclo de alfabetização. Nessa sala recebeu dois alunos imigrantes já conhecidos por ela do ano anterior em função da sala da Brinquedoteca, da qual ambos participavam. Em decorrência da interrupção das atividades presenciais não houve tempo para grande interação com os alunos, mas cabe mencionar parte de seu relato.

Raul* foi retido no terceiro ano e intui-se que sua retenção tenha sido motivada pelo mau comportamento, além de sua dificuldade em realizar atividades pedagógicas. Embora a retenção não seja uma prática incentivada, pois a ideia de manter os alunos em seu ciclo ideal prevalece na maioria das vezes, o fato de Raul não estar completamente alfabetizado também

teria colaborado para a retenção. A professora menciona que Raul frequentemente estava irritadiço e apresenta dificuldade de relacionamento com os colegas, resolvendo, em muitos casos, com violência física suas questões. Por estarem sempre presentes nas atividades extracurriculares Raul e seu irmão mais velho, Raí* eram bastante conhecidos na escola.

A docente menciona a cena que presenciou em um dia de reposição de greve em 2019 em que estavam em uma sala realizando alguma atividade extracurricular quando a auxiliar de técnica de educação (ATE) convocou Raí* para ajudá-la com uma matrícula da EJA na secretaria, ele teria a incumbência de ser intérprete do futuro aluno. Ele prontamente aceitou e ficou bastante contente com a solicitação. A partir dessa ocasião a professora pedia, algumas vezes, para Raul* (quando ainda não era seu aluno oficialmente) ajudá-la com os alunos do primeiro ano no momento do intervalo, papel que ele também desempenhava com satisfação.

A professora lamenta não ter havido tempo hábil para desenvolver atividade que considera valiosa para trabalhar com essas crianças imigrantes: ajuda mútua com seus compatriotas recém-chegados e mudança de papel social dentro da escola, principalmente em casos como o de Raul, muito marcado pelos duros estigmas da indisciplina e mal comportamento.

Para a professora, as questões sobre comportamento e indisciplina estão fortemente correlacionadas às dificuldades de se comunicar e compreender as propostas da escolarização. Dessa forma, ela acredita que se os professores também tivessem apoio institucional para conhecer o idioma e cultura dos migrantes através de formações ou cursos, seria algo bastante proveitoso para ajudar os alunos a se comprometerem com a própria trajetória na escola.

Fabrício*, muito tímido, silencioso, realizava todas as suas atividades com muita dedicação e atenção era o outro aluno haitiano. Embora também não tivesse a alfabetização consolidada, para a professora se mostrava muito disponível para todas as propostas. A docente conta que sua família é bem interessada no processo de escolarização e o pai que sempre o buscava na saída da aula, perguntava se o filho estava se comportando na escola.

No início da quarentena, esses dois alunos não mantiveram contato/acesso pela plataforma oficial usada pela Secretaria Municipal de Educação (SME), o Google Class Room. A professora conversou informalmente via aplicativo WhatsApp apenas e soube minimamente que realizaram suas atividades no livro didático Trilhas de Aprendizagem 1 e 2, emitido pela SME como material oficial de ensino à distância na quarentena.

Outra premissa importante da educação é a de que a participação da família é determinante para o sucesso escolar das crianças e é difícil questioná-la. Porém, se os pais brasileiros são ausentes muitas vezes por muitos motivos relativos à desigualdade e fatores

sociais, é possível inferir que o mesmo ocorra com os pais migrantes. Na EMEF Duque de Caxias, no período noturno educação de jovens e adultos (EJA) e muitos dos responsáveis pelos alunos são também parte do corpo discente da escola. No entanto, não há uma comunicação muito efetiva por parte da escola de modo a investir nessa interessante coincidência

A docente acredita que a UE poderia avançar em escolhas de atividades extracurriculares que propiciem a troca entre alunos migrantes já adaptados com os recém-chegados e com brasileiros, mesmo que esses alunos saiam da escola em curto período (pontua que a rotatividade de matrículas não é, evidentemente, uma regra e sim uma frágil percepção do corpo docente/escolar). Certa de que o idioma é um entrave na comunicação, vê na brincadeira espontânea e em momentos de socialização, como o intervalo e momentos de refeição, importantes meios para a superação desse obstáculo, sobretudo se mediados por algum falante da língua materna que já seja falante de português, mencionando experiências próximas dessa ideia desenvolvidas na EMEF Infante Dom Henrique (Espaço de Bitita) que afirma ter bons resultados.

Na pesquisa de Freitas e Silva (2015) migrantes bolivianos apontam intolerância com o uso da língua nativa no ambiente familiar e inflexibilidade com relação ao tempo que as crianças levam para a aprendizagem da língua portuguesa apesar de identificarem a escola com grande prestígio e como meio de mobilidade social ascendente obtida no deslocamento para o exterior. Nos parece que tal conduta é prática comum na relação com os migrantes em geral e que poderia ser melhor elaborada a fim de que, como mencionam os autores, possamos “zelar para que cada escola seja sempre um território livre, autêntica pátria dos cidadãos do mundo; lugar em que perdem a razão de ser todas as fronteiras” e como exemplificado na sugestão da professora anteriormente, a aquisição da língua se dê de modo espontâneo, sem que haja necessidade de negligenciar o processo cultural que é o desenvolvimento da língua no país no qual se vive.

A educação no Haiti ainda é marcadamente elitista, colonizadora e segregacionista e mesmo o ensino público prevê a cobrança de taxas para pagamento de salários de funcionários e professores (Cottinguba, Pimentel e Ribeiro, 2018, p. 32) o que não torna a escola acessível a todos, mas apresenta a possibilidade de ascensão social e aquisição de cidadania, a essas pessoas está instituído o acesso ou a imposição a uma nova língua quando do ingresso à educação formal.

Quando observamos na fala da professora entrevistada que existe por parte dela a sugestão de que os pais falem português com seus filhos, ou na melhor das hipóteses, tentem (haja visto que os maiores falantes do português nas famílias imigrantes sejam as crianças) é na

tentativa de minimizar os impactos da distância linguística no dia a dia desses alunos, para que possam ser mais autônomos nas negociações e interações com os colegas brasileiros. Embora possamos questionar essa ação, tomando tal sugestão como uma violência simbólica à cultura da língua crioula, é possível inferir que tal ação, tomada isoladamente, seja o risco que se corre quando a instituição não favorece o estudo das políticas para migrantes em escolas com esse contexto tão aparente. Assegurar o direito a uma escola alinhada em relação às políticas e direitos de migração se apresenta como uma saída para a superação desse impasse pedagógico.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante do exposto, percorremos uma trilha que nos levou por um histórico de evolução no que diz respeito às políticas de migração através da Lei de Migração e a possibilidade de adotar o viés dos direitos humanos para lidar com tais questões. O crescente fluxo migratório impulsionou debates ao apresentar novas demandas que ainda não estão sanadas, mas que caminham, senão para a solução, ao menos para reflexão em diversos meios. Na educação, docentes buscam por meio de ações práticas formas de atender essas novas questões, mas por meio de estudos que possam chegar à escola, para a escola poderemos traçar estratégias mais efetivas para lidar com a complexidade do tema.

Se a professora se sente dissuada com a falta de ações coletivas na escola para um trabalho específico com os migrantes, toma decisões sozinhas (prática muito comum na educação pública e constantemente alvo de pesquisas - a solidão docente) e acaba por não tomar conhecimento de discussões bastantes avançadas sobre migração. Na UE analisada, segundo relatos da professora, as questões do currículo e índices de alfabetização são valorizadas e cobradas por parte da gestão, sendo priorizados em detrimento de outras demandas da escola. Os espaços existentes de socialização na escola estão fortemente comprometidos em função de outros problemas que a escola possui, como falta de espaço aberto, área verde, parque com brinquedos etc. Os projetos que visam garantir às crianças algum tipo de atividades extracurriculares não possuem esse viés da migração, com tantos dados e discussões, embora seja nesses espaços que possam ocorrer boas trocas.

No entanto, não devemos abandonar a ideia de que se a criança migrante avança na alfabetização em português, sua vida escolar melhora significativamente, pois a partir daí é mais autônoma para se defender de violências simbólicas de outra ordem e também passa ser mais pertencente ao coletivo.

Certamente se houvesse na escola atividades que trabalhassem melhor a questão da integração cultural e ações para que o diferente e o diverso convivessem mais harmoniosamente sob a perspectiva do privilégio da diversidade cultural, os ganhos seriam visíveis para toda comunidade escolar. Essa deve (como indicam políticas públicas que falam sobre território) ser uma decisão autônoma da escola para ser tratada em seu Projeto Político Pedagógica (PPP) e há indícios de que tais atravessamentos têm se mostrado urgentes, assim como discussões mais recentes sobre racismo estrutural e como ele marca profundamente os alunos da EMEF Duque de Caxias, tanto migrantes quanto brasileiros. No entanto, parece não haver apoio institucional da Secretaria Municipal da Educação (SME) mais direcionado para essa questão da migração.

Se a escola desempenha bom trabalho no tema, há reconhecimento, mas antes disso, há pouco fomento e apoio ao estudo do território por parte das políticas públicas. Não são somente as questões da migração crescente do corpo discente que atravessam o cotidiano da Duque, mas por estar em um território vulnerável, por conviver cotidianamente com a violência e precariedade de vida de seus alunos, a escola acaba afogada em demandas e problemas que demoram para ganhar contorno, como é caso dos alunos haitianos. Certamente há exemplos de outras UEs que desempenham boas ações com os discentes migrantes que podem ser mais estudados. Há também a complexa falta de continuidade pela qual passam muitas escolas, em função de seguidas mudanças de gestão, coordenação pedagógica e corpo docente. Essa é uma discussão sobre como a rede municipal está organizada e haveria espaço aqui para adentrar essa questão. Nos parece que enquanto não houver algum projeto coletivo na UE, as questões sobre a migração ficam bastante à deriva ou então, a cargo de professores interessados e atravessados pela questão.

Estudos focados na migração e cultura haitiana podem ser um bom começo para a tentativa de superação dos desconfortos e violências a que tais alunos ficam expostos. Se esse trabalho permite alguma sugestão, mesmo que simbólica, seria a inclusão da frase “sejam todos bem-vindos” em crioulo também, como a primeira aposta na valorização da cultura haitiana e seu processo histórico emblemático.

REFERÊNCIAS

ALEXANDRE, I. J.; ABRAMOWICZ, A. Inserção escolar: crianças migrantes do Haiti nas creches e escolas de Sinop MT. **Périplos: Revista de Estudos sobre Migrações**, v. 1, n. 1, p. 184-197, 26 out. 2017. Disponível em:

<https://periodicos.unb.br/index.php/obmigra_periplos/article/view/6562/5614>. Acesso em 29 dez. 2020.

ASSIS, Gláucia de Oliveira . **A “diáspora” Haitiana rumo ao Brasil e os desafios à política migratória brasileira: migrantes indesejados?**. 2012]. Centro de Ciências Humanas e da Educação, Universidade do Estado de Santa Catarina. Disponível em:
 <http://www.faed.udesc.br/arquivos/id_submenu/1416/artigo glaucia haitianos no brasil 2012.pdf>. Acesso em 29 dez. 2020.

ASSIS, Gláucia de Oliveira. A nova lei de migração no Brasil: avanços e desafios. In: BAENINGER, R.; BÓGUS, L.M.; MOREIRA, J. B. M.; VEDOVATO, L.R.; FERNANDES, D.M.; SOUZA, M. R.; BALTAZAR, C. S.; PERES, R. G.; WLADMAN, T. C.; MAGALHÃES, L.F.A.(Org.). **Migrações Sul-sul**. Campinas: Nephô/Unicamp, 2018, 1 ed. , p. 609-623.

BAENINGER, Rosana; PERES, Roberta. Migração de Crise: a migração haitiana para o Brasil. **Revista Brasileira de Estudos de População**, v. 34, n. 1, p. 119-143, 23 ago. 2017.. Disponível em: <<https://doi.org/10.20947/s0102-3098a0017>>. Acesso em 29 dez. 2020.

CAIXETA, M.B. **O Sul global na política e academia.** Disponível em:
 <<https://obs.org.br/cooperacao/662-o-sul-global-na-politica-e-academia#:~:text=Brasil%2C%20R%C3%A3Assia%2C%20China%2C%20%C3%81frica,grup%20de%20pa%C3%ADses%20em%20desenvolvimento>>. Acesso em 17 fev. 2021

CAVALCANTI, L; OLIVEIRA, T; MACÊDO, M; PEREDA, L. **Resumo Executivo.** Imigração e Refúgio no Brasil. A inserção do imigrante, solicitante de refúgio e refugiado no mercado de trabalho formal. Observatório das Migrações Internacionais; Ministério da Justiça e Segurança pública / Conselho Nacional de Imigração e Coordenação Geral de Imigração Laboral. Brasília, DF: OBMigra, 2019. Disponível em:
 <https://www.justica.gov.br/news/RESUMOEXECUTIVO_V.FINAL4.pdf>. Acesso em: 29 dez. 2020.

FREITAS, Marcos Cezar; SILVA, Ana Paula. Crianças bolivianas na educação infantil de São Paulo: adaptação, vulnerabilidades e tensões. **Cadernos de Pesquisa**, São Paulo, v. 45, n. 157, p. 680-702, set. 2015. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1590/198053143246>> . Acesso: 29 mar. 2020/03/2016.

GESTÃO URBANA SP. Zona Especial de Interesse Social – ZEIS. **Cidade de São Paulo**. [201-?]. Disponível em:
 <<https://gestaourbana.prefeitura.sp.gov.br/zona-especial-de-interesse-social-zeis/>>. Acesso em: 29 dez. 2020.

MAGALHÃES, Luís Felipe Aires; BOGUS, Lúcia Maria Machado; BAENINGER, Rosana.

Migrantes haitianos e bolivianos na cidade de São Paulo: transformações econômicas e territorialidades migrantes. **REMHU**, Rev. Interdiscip. Mobil. Hum. [online]. 2018, vol.26, n.52, pp.75-94. ISSN 2237-9843. Disponível em: <<https://www.scielo.br/pdf/remhu/v26n52/2237-9843-remhu-26-52-075.pdf>>. Acesso em: 29 dez. 2020.

MILESE, Rosita. **Brasil e os desafios da lei de migrações**. 18 jan. 2012. Entrevistadora: Revista IHU On-Line. Instituto Humanitas Unisinos, 2012. Entrevista concedida à Revista IHU On-line. Disponível em: <<http://www.ihu.unisinos.br/entrevistas/505828-entrevista-especial-com-rosita-milesi>> . Acesso em: 21 dez. 2020.

MILESE, Rosita. **Por uma nova Lei de Migração**: a perspectiva dos direitos humanos. Brasília, DF, Instituto de Migrações e Direitos Humanos – IMDH, 2007.

MISSÃO PAZ. **Quem Somos**. [Entre 2017 e 2020]. Disponível em: <<http://www.missaonspaz.org/menu/quem-somos>>. Acesso em: 29 dez. 2020.

PIMENTEL, Marília; COTINGUIBA, Geraldo Castro . Wout, raketè, fwontyè, anpil mizè1: reflexões sobre os limites da alteridade em relação à imigração haitiana para o Brasil. **Universitas: Relações Internacionais**, Brasília, v. 12, n. 1, p. 73 a 86, jan./jun. 2014. Disponível em: <<https://www.publicacoesacademicas.uniceub.br/relacoesinternacionais/article/download/2861/2316>> . Acesso em: 29 dez. 2020.

PIMENTEL, M. L.; COTINGUIBA, G. C.; RIBEIRO, A. A. S. O crioulo haitiano e o seu reconhecimento político. **Universitas Relações Internacionais**, Brasília, v. 14, n. 1, p. 31-40, jan./jun. 2016. Disponível em: <<https://www.publicacoesacademicas.uniceub.br/relacoesinternacionais/article/view/3921/3083>>. Acesso em: 29 dez. 2020.

PREFEITURA DE SÃO PAULO. Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano. **Cadernos das Subprefeituras**: Material de apoio para Revisão Participativa dos Planos Regionais das Subprefeituras - Subprefeitura Sé. São Paulo: SMDU, 2016. 48 p. Disponível em: <<https://gestaourbana.prefeitura.sp.gov.br/marco-regulatorio/planos-regionais/arquivos/>> Acesso em 29 dez. 2020.

PREFEITURA DE SÃO PAULO. GeoSampa Mapa. **Mapa Digital da Cidade de São Paulo**. São Paulo, 2020. Disponível em: <http://geosampa.prefeitura.sp.gov.br/PaginasPublicas/_SBC.aspx#>. Acesso em: dez. 2020.

SANTOS, Maquézia Suzane Furtado dos; COTINGUIBA, Marília Lima Pimentel. Lekòl La: as crianças haitianas e a inserção escolar na rede pública em Porto Velho-RO. Revista Presença Geográfica, [S.1.], v. 6, n. 1, p. 100-111, ago. 2019. Disponível em: <<https://www.periodicos.unir.br/index.php/RPGeo/article/view/4242>>. Acesso em: 29 dez. 2020.

SANTOS, Angélica. P.; SANTOS, Maquézia. S. F. dos SANTOS; COTINGUIBA. M.aria L. A. Inserção da criança haitiana no ambiente escolar brasileiro: um estudo de caso na cidade de Porto Velho. *In: REUNIÃO EQUATORIAL DE ANTROPOLOGIA E REUNIÃO DE*

ANTROPÓLOGOS NORTE E NORDESTE. **Anais do V REA e XIV REABANE** : direitos diferenciados, conflitos e produção de conhecimentos. Maceió, 19 a 22 de julho de 2015 / Siloé Soares de Amorim, coord.– Maceió, AL: EDUFAL, 2015.On line. Disponível em: <https://evento.ufal.br/anaisreaabanne/gts_download/_Maquezia%20Suzane%20Furtado%20Dos%20Santos%20-%201020513%20-%203759%20-%20corrigido.pdf>. Acesso em: 29 dez. 2020

SECRETARIA ESPECIAL DE COMUNICAÇÃO. Prefeitura de São Paulo divulga Censo da População em Situação de Rua 2019. **Cidade de São Paulo**: Notícias. 31 jan. 2020. Disponível em: <<http://www.capital.sp.gov.br/noticia/prefeitura-de-sao-paulo-divulga-censo-da-populacao-em-situacao-de-rua-2019>>. Acesso em: 29 dez. 2020.